



## **Comunicação, informação e cidadania: a inclusão digital como alternativa à desigualdade social no Brasil<sup>1</sup>**

Lígia Maria Moreira Dumont  
Marina Cajaíba da Silva<sup>2</sup>

Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais

Traça o contexto mundializado dos dias atuais, onde as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) podem ser entendidas como oportunidades de cidadania a grupos excluídos, os quais, em plena era da informação, se encontram à margem do desenvolvimento humano local e global. Analisa, sob tal aspecto, a atuação dos telecentros dos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, no Vale do Jequitinhonha – uma das regiões mais pobres do país. Nesses lugares, a disseminação e o uso das TIC's são tidos como apoiadores importantes à comunicação, ampliando as oportunidades de informação, trabalho, renda, educação e lazer às comunidades. Entre as conclusões alcançadas, destaca-se a contribuição da inclusão digital para a melhoria dos aspectos sociais das populações integradas à era digital.

### **Palavras-chave**

Comunicação e Cidadania; Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's); Inclusão Digital; Inclusão Social; Telecentros.

### **O ponto de partida para a inclusão através da tecnologia**

Em meio a denominada era da informação, onde a tecnologia se apresenta como facilitadora dos processos de comunicação e informação, muitos contextos sócio-econômicos se destacam em meio ao emaranhado de possibilidades advindas dessa mesma tecnologia. Não se trata apenas do surgimento de novos mercados, ou ampliação e fortalecimento dos já existentes, mas também das oportunidades criadas a determinados grupos que sempre se fizeram excluídos da participação desses mercados. Essas observações não se referem exclusivamente ao meio econômico mas, principalmente, à inserção social de populações marginalizadas aos processos de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 12 – Comunicação para a Cidadania, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup> Lígia Maria Moreira Dumont é Doutora em Comunicação e Cultura pelo IBICT/Escola de Comunicação e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais; [dumont@eci.ufmg.br](mailto:dumont@eci.ufmg.br). Marina Cajaíba da Silva é Mestranda em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da UFMG e Analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; [marina@universiabrasil.net](mailto:marina@universiabrasil.net).

participação e cidadania que são pautados pela informação e pela comunicação, requisitos iniciais para a sustentabilidade e desenvolvimento de qualquer cidadão.

Um desses contextos está incrustado literalmente entre as muitas montanhas do interior de Minas Gerais, mais precisamente no Vele do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do país. Trata-se dos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, ambos pertencentes ao município do Serro que é um dos pontos de partida para o trajeto da histórica Estrada Real cujo principal percurso vai de Diamantina, em Minas Gerais, ao Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente até a cidade de Paraty.



Localização dos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde na Estrada Real<sup>3</sup>

O crescimento das possibilidades de comunicação e informação nesses pequenos distritos de pouco mais de 400 e menos de 600 habitantes em sua área central é fruto da mobilização de uma organização não-governamental em parceria com as comunidades locais beneficiadas pela iniciativa. Ainda que se trate de uma ONG, o projeto conta com

<sup>3</sup> Mapa disponível em <<http://www.goethe.de/br/rio/depausst.htm>>. Acesso em 04 de junho de 2005.



o apoio de programas governamentais como o GESAC<sup>4</sup>. O aspecto importante a ser abordado, no entanto, é o meio onde essas transformações acontecem.

Em ambos distritos, São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, não existe abastecimento de água e sim poços artesianos. Também não há tratamento de esgoto nem esgoto sanitário. O lixo acumulado é queimado pelos próprios moradores, pois a coleta só acontece na região central de Milho Verde, mesmo assim por iniciativa da Associação Comunitária local.

O acesso à região é feito por estrada de terra pavimentada que se torna intransitável em dias chuvosos, isolando não apenas os dois distritos, mas toda vizinhança ao redor. Como meio de transporte para as cidades pólos vizinhas, Serro e Diamantina, um ônibus e um carro lotação partem uma única vez ao dia em horários alternados, retornando sempre ao final da tarde. O trajeto para Diamantina, por exemplo, dura cerca de duas horas e quinze minutos com tempo bom.

Em algumas casas os moradores não possuem fiação elétrica e, conseqüentemente, ainda fazem uso das velas e das lamparinas a óleo, sem mencionar os banhos frios.

Ainda que a descrição desses dois distritos possa assustar em um primeiro momento pela ausência de melhores condições de vida, a realidade também deixa transparecer pequenos oásis de tranquilidade, ar puro e natureza quase imaculada com muitas cachoeiras, montanhas e serras. Outros atrativos interioranos também estão presentes, como a comida típica mineira, o rico e variado artesanato, doces e compotas caseiras cozidas em tachos de cobre e a hospitalidade mesclada com a típica desconfiança de qualquer mineiro.

Diante desse cenário, entretanto, o que poderia ser tido como inimaginável é real: a tentativa de se inserir digitalmente duas comunidades que sofrem um isolamento geográfico natural, padecem pela falta de trabalho e renda, possuem poucas opções de esporte e lazer e esperam ter no turismo da Estrada Real sua melhor oportunidade de vida.

Os relatos que se seguem fazem parte de alguns dos dados obtidos pela pesquisa intitulada *A informação dos telecentros do Vale do Jequitinhonha como aporte ao desenvolvimento social dos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde*<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> O programa Governo Eletrônico-Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) foi criado em março de 2002 pelo Ministério das Comunicações para universalizar o acesso da população de baixa renda à Internet. Até março de 2004 já havia disponibilizado 3,2 mil pontos de conexão, sendo a maioria em escolas públicas do país.

<sup>5</sup> Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.



Além de se complementar as informações já apresentadas, serão mais bem detalhadas e analisadas questões como a importância da comunicação para os direitos de cidadania, a inclusão social através da inclusão digital e as possibilidades de auto-sustentação dessas pequenas comunidades através do uso das TIC's.

### **A comunicação e a informação como alicerces da cidadania**

Para muitos, a cidadania se restringe apenas à participação política e à liberdade de expressão, erro teorizado por Carvalho (2003, p. 9) ao organizar suas idéias sobre a cidadania como uma utopia que dificilmente será conquistada em plenitude, visto combinar “(...) liberdade, participação e igualdade para todos”, sendo que as duas primeiras por si não são eficazes o bastante para aliviar as mazelas causadas pelos problemas sociais.

Sabe-se, todavia, que a plena cidadania é vista como a consolidação de direitos e deveres dos que compõem uma nação, atingindo tanto os direitos civis como os políticos e sociais. Ainda segundo Carvalho (2003, p. 9), “[...] o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos, seriam não-cidadãos”.

Acontece que em sua origem histórica a população brasileira demonstra fragilidade quanto aos direitos sociais e à participação política em sociedade. Essa situação se solidificou ainda mais no decorrer do processo de globalização que, aliado ao cenário tecnológico instituído, ampliou sobremaneira os índices de desigualdade e de exclusão social. Cabe salientar que a definição adotada para o termo direitos sociais segue as idéias de Carvalho (2003, p. 10), ao afirmar que dizem respeito ao

direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria [...] permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.

Na visão de Quéau (1998, p. 199), o mundo, de maneira geral, passa por uma crise de identidade na qual oscila entre uma civilização pós-industrial extremamente virtual e uma civilização global altamente instável em questões de interesse público, como as que se referem às desigualdades e a justiça social. Aliado a esses fatores, Dupas (1999, p. 19) cita também a considerável elevação dos índices de consumo da população mundial, onde se exclui naturalmente os que não participam desse segmento. Por fim, afirma que



esses fenômenos são fruto do próprio processo de globalização. O autor menciona ainda Garry Rogers ao lembrar que as discussões iniciais sobre a exclusão social aconteceram mediante

[...] o crescimento dos sem-teto e da pobreza urbana, da falta de perspectiva decorrente do desemprego de longo prazo, da falta de acesso a empregos disponíveis e da dificuldade que os jovens passaram a ter para ingressar no mercado de trabalho. (Dupas 1999, p.19 apud Rogers, 1995)

Por se tratar de um processo político-econômico irreversível, os índices da disparidade advindos da globalização se ampliam cada vez mais em todo o mundo, sendo a pobreza, na opinião de Dupas (1999, p. 34), “a principal dimensão da exclusão [e] seu enfoque mais convincente é a pobreza vista como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna”.

Da mesma maneira, Phipps apud Parkinson (2000, p. 101) pontua que o conceito universal de exclusão se generalizou além do próprio conceito de pobreza. Para a autora,

[...] a pobreza geralmente é definida principalmente em termos de baixos rendimentos e necessidades materiais; a exclusão social [...] enfatiza os meios pelos quais as pessoas são deixadas de fora das principais correntes políticas, econômicas e sociais.

Entretanto, a possibilidade de se alterar realidades altamente excludentes passa pelos benefícios oriundos do acesso à informação. Em sua relação com a pobreza, a informação é tida por Marker, McNamara e Wallace (2002, p. 7), como um dos fatores intervenientes de destaque.

[...] a pobreza tem múltiplas e complexas causas. O pobre não é só privado de recursos básicos. A ele falta acesso à informação que é vital à sua vida e sustento: informação sobre preços de mercado para os bens sobre saúde, sobre a estrutura e serviços de instituições públicas e sobre os seus direitos. [...] Eles não têm visibilidade política e participação nas instituições e nas relações de poder que moldam a sua vida. Não têm acesso à informação para apropriar conhecimento, à educação e desenvolvimento de habilidades que poderiam melhorar os seu sustento. Acesso a mercados e a instituições do governo e da sociedade civil; acesso para a informação sobre o rendimento do trabalho e opções de oportunidades.

Abarcando todos esses aspectos, a informação é tida como o primordial fator para se minimizar essas realidades. Naturalmente, aquele que possui informação acerca de determinado tema possui capacidade para iniciar um debate a respeito, complementar informações sobre o assunto e até mesmo questioná-lo diante daquilo que lhe é



apresentado. Indo além do que pode ser proposto pelo simples acesso à informação, seu compartilhamento com demais membros ou comunidades que também vivenciam aspectos de exclusão social e marginalidade pode resultar em reivindicações coletivas junto aos poderes aptos a modificar essas mesmas realidades.

O acesso à informação tem a capacidade de gerar no indivíduo a dúvida, permitindo a ele o questionamento e possibilitando sua escolha diante dos fatos ao seu redor. Barreto (2002, p. 8) salienta ainda que “quando adequadamente assimilada, [a informação] produz conhecimento e modifica o estoque mental de saber do indivíduo; traz benefícios para seu desenvolvimento e para o bem estar da sociedade em que ele vive”.

Partindo-se do princípio de que cidadão é aquele que age em seu meio social, pode-se afirmar que aquele que tem acesso à informação tem maior possibilidade de transformar o cotidiano social e interagir com o meio porque, ainda de acordo com Barreto (2002, p. 7),

a informação referencia o homem ao seu destino desde antes de seu nascimento [... e] durante sua existência pela capacidade de relacionar suas memórias do passado, com uma perspectiva de futuro e assim estabelecer diretrizes para realizar a sua aventura individual no espaço e no tempo.

Para Araújo e Lima (2000, p. 2), a informação é imprescindível no surgimento de uma conscientização crítica acerca da realidade, “pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir daí, tomam decisões sobre suas vidas, seja em nível individual ou coletivo”.

Freire e Araújo (1999, p. 6) complementam, afirmando que “em seu sentido mais amplo, informação é aquilo que muda ou transforma [uma estrutura]”, onde podemos concluir que a transmissão da informação pode promover modificações na forma de olhar e explorar o mundo. Esses autores acreditam ainda que “mais do que organizar e processar a informação, é importante prover seu acesso através dos mais diversos canais de comunicação, de maneira que esse novo fator de produção social possa estar ao alcance dos seus consumidores potenciais”. (Ibidem, p. 5)

Por sua incalculável e subutilizada gama de possibilidades no que tange as questões de desenvolvimento social no meio rural brasileiro, as informações geradas, recebidas e transmitidas através do aparato tecnológico são tidas como ferramentas propícias ao crescimento e sobrevivência dessas regiões. Muito mais quando se tratam de realidades como a dos distritos do Vale do Jequitinhonha, já que as TIC's podem vir a capacitar

suas populações de maneira bem particular no desenvolvimento do potencial socio-econômico de cada um.

### **A realidade social dos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde**

Tanto São Gonçalo quanto Milho Verde já foram alvo das riquezas minerais durante o ciclo do ouro. Na verdade a criação desses distritos está diretamente ligada a esse período histórico, sendo que as cidades ainda possuem parte do casario colonial conservado. Algumas das principais áreas do garimpo de ouro e diamante de todo o estado de Minas Gerais se localizavam na região, arredores de Diamantina, e as vias de acesso às riquezas minerais por onde transitavam as tropas se localizavam justamente nesses distritos. Eram os únicos caminhos autorizados pela Coroa Portuguesa para o seu transporte, por isso a denominação atual dessas vias em Estrada Real. A exploração era feita pelos escravos e o garimpo era a principal e talvez única fonte de renda de toda a região.

Partindo-se da cidade do Serro, sempre foi obrigatório aos comerciantes e tropeiros passar por São Gonçalo e Milho Verde para se chegar à Diamantina, cidade pólo da região. Pelo volume de tropas e pela distância entre as cidades, único percurso de ligação existente, foram surgindo pontos de apoio aos viajantes e comerciantes em ambos distritos. Após a derrocada do garimpo, muitos trabalhadores se fixaram em definitivo ao redor desses pequenos comércios. Assim nasceu São Gonçalo e Milho Verde, parte do que restou dos tempos já esquecidos do garimpo. Ainda hoje, entretanto, é possível encontrar habitantes que ainda se aventuram em busca de algum ouro ou diamante esquecidos pela Coroa, sem muito sucesso para os aventureiros.

Como renda e trabalho a região não possui muitas opções, sonha com o turismo sustentável, desenvolve projetos ligados ao artesanato, sobrevive da pouca agricultura e tem boa parte de seus jovens ingressos na construção civil como mão-de-obra barata e sem muita qualificação, posto de trabalho que mais cresce nos distritos.

Segundo Matos e Ferreira (2000, p.7), existem tentativas de se estimular a urbanização e promover o desenvolvimento econômico da região que “procura se engajar num circuito comercial visando o mercado interno e externo do Vale do Jequitinhonha”. Falando diretamente sobre São Gonçalo e Milho Verde, Matos (1990, p. 43) coloca que “a sobrevivência dos habitantes fica assegurada de forma apenas modesta através da agricultura de subsistência e da comercialização de excedentes inexpressivos com cidades próximas à região” sem qualquer perspectiva para a sua população.



A falta de políticas públicas capazes de modificar a realidade é um fator determinante para a continuidade desse desequilíbrio por gerações. Segundo Árabe (1998, p. 17), “a reversão do atual quadro de pobreza do Vale do Jequitinhonha demandaria maciços investimentos na produção e na infra-estrutura econômica e social e que as políticas assistencialistas apenas tangenciam as causas estruturais da pobreza regional”, não modificando de maneira substancial a realidade existente.

O intuito de se criar por meio das TIC's novas oportunidades de participação, mobilização e melhorias para ambos distritos, teve como respaldo todo contexto social exposto até aqui. As maiores dificuldades para a plena implementação da proposta, entretanto, ultrapassam todos esses desafios.

### **A inclusão social a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's)**

Tornou-se consenso convencionar que em plena era da informação a exclusão digital é o mais forte aliado à manutenção de um fraco desenvolvimento humano local e global, além de intensificar a distância entre os mais afortunados e os menos favorecidos. Como comprovação dessa realidade o Mapa da Exclusão Digital no Brasil, relatório pioneiro sobre o assunto, foi publicado em 2003 pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Comitê para a Democratização da Internet (CDI). Seu propósito principal, segundo Neri (2003, p. 6), foi “discutir as bases de um sistema integrado de ações voltadas à conquista da sustentabilidade no combate à miséria através da inclusão digital”. Entre as conclusões alcançadas pelo estudo, destaca-se a contribuição da informação para a melhoria dos aspectos econômicos e sociais das populações integradas à era digital.

Esse mesmo autor acredita que

[...] a inclusão digital representa um canal privilegiado para equalização de oportunidades da nossa desigual sociedade em plena era do conhecimento. Ela é cada vez mais parceira da cidadania e da inclusão social, do apertar do voto das urnas eletrônicas aos cartões eletrônicos do Bolsa-Escola, passando pelo contato inicial do jovem ao computador como passaporte ao primeiro emprego.

O desenvolvimento tecnológico, como aponta Phipps (2000, p. 105), possibilitou um maior engajamento da participação política de grupos sociais diversificados estreitando laços entre pares geograficamente distantes, mas interessados em uma mesma causa.

Para a autora,

[...] a influência da tecnologia não é uma solução mágica para as múltiplas desvantagens como pobreza, desemprego e deficiência de habitação. Todavia, a tecnologia pode criar interação e participação e isso tem um enorme potencial de melhorar as redes de nível local. (Phipps, 2000, p. 105)





Dentro dessas características, os telecentros são considerados primordiais impulsionadores para o desenvolvimento social, sendo relativamente novos no contexto informacional. São conhecidos como um local que provê acesso público às TIC's, facilitando o acesso à Internet para classes menos favorecidas sócio-economicamente.

A Internet pode ser muito mais que uma ferramenta de entretenimento como as demais mídias já existentes. Seu diferencial para determinados contextos sociais está na possibilidade de se estabelecer uma relação profunda entre grupos capazes de se ajudar mutuamente em cenários desfavoráveis. Araújo e Lima (2000, p. 160) desfrutam dessa opinião, ao pontuar que “do ponto de vista das ciências sociais, a Internet é um campo fértil para a pesquisa sobre novas formas de sociabilidade ou de interação social através do espaço virtual”, onde é possível existir a troca de experiências entre comunidades com o fortalecimento de todos os envolvidos, principalmente na resolução de problemas.

Mas o uso das tecnologias de informação vai além da ajuda mútua. Na opinião de Mitre (2002, p. 4), a Internet é tida como uma ferramenta alternativa capaz “de um potencial de interação inédito, se comparada aos veículos de comunicação tradicionais [...criando] novas oportunidades de participação política”, o que permite também maiores questionamentos sobre as decisões tomadas em esferas públicas e que afetam a toda sociedade.

Outra questão a ser defendida para a disseminação do uso da Internet em pequenas localidades é a liberdade de expressão, onde as pessoas podem emitir opiniões livres de qualquer censura e localização geográfica por meio de *chats*, *newsgroups*, reclamações, denúncias, lista de abaixo-assinados e adesão online a grupos políticos-ideológicos, principalmente no que tange a questões dessa natureza. É a partir dessas iniciativas que muitas políticas públicas podem ser aceitas ou rechaçadas, da mesma maneira que podem ocasionar grupos de pressão mobilizando uma rede muito mais ampla que a já estabelecida localmente, para juntos exigirem ações benéficas para seu meio social.

Essa imensa gama de possibilidades em prol de pequenos distritos é que originou a Rede Rural de Telecentros Comunitários da ONG Gemas da Terra. Data de setembro de 2003 sua criação, com o propósito de integrar as comunidades brasileiras por meio da rede mundial de computadores. Segundo sua filosofia, procurou-se estabelecer a visão de um país totalmente inserido na era do conhecimento e integrado ao grupo de nações socialmente e economicamente justas.



A ONG tem como missão facilitar a inclusão digital desses povoados promovendo o acesso à informação, além de pretender estender esse benefício a todos os demais habitantes de regiões com até 2.500 habitantes em todo o solo brasileiro através da criação de centros regionais que irão apoiar as ações de expansão.

O trabalho da ONG tem como proposta a identificação das características locais junto a um modelo de tecnologia que não desmistifique os valores das comunidades e nem a cultura dos habitantes dos povoados. Vários distritos e sub-distritos da região do Vale do Jequitinhonha foram abordados inicialmente para a investida, sendo escolhidos como pilotos da iniciativa cinco distritos, os quais se encontram São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde.

Em todos a conexão de banda larga é feita via antena de satélite através do programa GESAC do Governo Federal. Como sistema operacional os telecentros utilizam o Kurumin Linux e possuem estruturas físicas modestas cedidas pelas Associações Comunitárias de ambos distritos. Além do equipamento disponibilizado, possuem uma multifuncional que proporciona serviços de impressão e xerox às comunidades, algo que não existia na região.

Em nota sobre a criação do primeiro centro de inclusão digital da região, Dênio Mágnio, diretor de Programas da ONG Gemas da Terra, declarou que

a pequena comunidade rural do interior do Brasil ingressou no mundo digital. A partir de agora, aquela pequena comunidade poderá viver em sintonia com o que acontece no mundo, atualizar seus conhecimentos, treinar seus jovens, preparar suas crianças, apoiar seus empreendedores, ter acesso às tecnologias agrícolas mais avançadas, comunicar-se com o poder público, conhecer os planos de desenvolvimento perpetrados por seus representantes legislativos, comunicar-se com seu entes distantes, preservar sua cultura digitalmente e ter condições de sair da marginalidade a que estava confinada no processo de desenvolvimento cultural do país.<sup>6</sup>

A idéia de uma sociedade global voltada para a era da informação deixando à margem comunidades como os distritos do Alto Jequitinhonha, motivou a criação dessa estrutura de inserção rural em busca de uma participação mais efetiva e capaz de propiciar aos povoados melhores condições de vida.

### **O que mudou com a tecnologia?**

A utilização do ferramental tecnológico pela comunidade rural a ponto de se alcançar padrões de comunicação capazes de inseri-la no contexto de rede global não é tarefa tão

---

<sup>6</sup>Extraído de <[www.gemasdaterra.org.br](http://www.gemasdaterra.org.br)>. Acesso em 21 de jan. 2004.



simples. Atingir o patamar esperado, bem como a perícia necessária para se encontrar o que realmente se necessita no emaranhado da Internet, é uma questão muito mais complexa e que extrapola os limites da pura e simples disponibilização da tecnologia. São questões que envolvem o ensino e o uso de técnicas próprias, apoio operacional, disponibilização de técnicos e educadores comunitários, suporte e monitoramento constante da proposta.

Infelizmente, esses obstáculos superam as condições sócio-econômicas já descritas sobre os distritos, podendo também ser considerados como conseqüências das adversidades sociais. Ainda assim, não seria errôneo afirmar que a inclusão social acontece em doses homeopáticas, o que por si já demonstra a viabilidade da proposta de uso das TIC's para minimizar os problemas enfrentados pelas populações desses distritos.

Com a instalação e utilização dos telecentros, várias demandas foram sendo supridas, da mesma maneira que outras foram surgindo. As pesquisas escolares se tornaram uma realidade na rotina de funcionamento dos telecentros. Os jogos eletrônicos em rede, chats, serviços de correio eletrônico, sites de entretenimento e letras de música são bastante procurados pelos adolescentes. Tudo isso é comum nos telecentros dos grandes centros urbanos, mas é uma novidade no meio rural.

A mudança substancial, entretanto, é o aporte às questões que demandam o deslocamento das populações às cidades vizinhas por falta de infra-estrutura local para sanar as necessidades dos habitantes nos próprios distritos. Citando um exemplo: na designação de profissionais da educação para ocupação de cargos nas escolas estaduais de Minas Gerais, a Internet foi utilizada pelo Governo do Estado como único meio de inscrição. Os professores das duas escolas estaduais instaladas nos dois distritos, que oferecem desde o ensino fundamental ao ensino médio, fizeram uso dos telecentros para concorrer às vagas.

Para se efetuar boa parte das transações bancárias, alguns usuários do telecentro se utilizam das facilidades da tecnologia para evitar o deslocamento às cidades pólo, já que os distritos não possuem nem mesmo caixa eletrônico. Retirar vias de contas e contra-cheques já é usual nos telecentros. O cadastramento do CPF também foi realizado com o auxílio dos monitores a todos que procuraram o telecentro, sendo a notícia divulgada amplamente inclusive na rádio comunitária de São Gonçalo. Nesse distrito, o índice de cadastramento pelos telecentros foi maior que nos Correios porque esse serviço postal só funciona duas vezes por semana na cidade.



Uma adolescente de São Gonçalo sempre sonhou com o ingresso em uma faculdade, apesar de não ter muita noção sobre as mudanças que isso implicaria em sua vida. Tudo o que essa jovem sabe é que o mais difícil não seria conseguir a vaga, mas sim se manter na faculdade. Através do telecentro, ela teve conhecimento do Programa Universidade para Todos, o PROUNI do Governo Federal, e se inscreveu no Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, optando por três cursos. Após meses vigiando a lista de contemplados, ela recebeu o comunicado de que havia conquistado uma vaga em Belo Horizonte. Mas sua família não permitiu que ela fosse para a capital do estado.

Em todos os dois distritos, existem doceiras que transformam pomares em preciosidades culinárias. E os telecentros das duas cidades proporcionam receitas e soluções caseiras às quitandeiras locais que incrementam e inovam com ingredientes variados ao gosto de cada turista. Uma delas, inclusive, realiza pesquisa de preço pela Internet em lojas especializadas de Belo Horizonte para não perder tempo quando viaja para a capital em busca de insumos de preço mais acessível para realizar seu trabalho.

Essas são algumas mudanças instauradas nas comunidades após o acesso às TIC's. Acima das soluções triviais, entretanto, está a conscientização da maior parte de usuários dos telecentros de que esse espaço pode proporcionar novas opções de trabalho e renda sem a necessidade de se buscar alternativas fora, porque é possível construir uma vida melhor com o apoio da tecnologia sem perder as características locais. Esse é, provavelmente, o mérito maior da iniciativa do uso das TIC's como ferramentas de comunicação e informação aptas a contribuir para o desenvolvimento social das comunidades de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde.

### **Considerações finais**

Apesar dos avanços reais conquistados pelas comunidades através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação em termos de informação, trabalho, renda, educação e lazer, o esforço empreendido é ainda incipiente para se notar qualquer alteração significativa que possa abarcar a maior parte das comunidades em questão. As mudanças ocorrem muito lentamente, principalmente pela inexistência de parâmetros capazes de fornecer sustentabilidade financeira à proposta.

O trabalho voluntário dos monitores e gestores dos telecentros, por exemplo, concorre diretamente com as oportunidades de trabalho esporádico nas pousadas e comércios locais em datas festivas com feriados e recessos. A migração para outros centros com melhores oportunidades de trabalho também esvazia o quadro de voluntários.



Sucessivamente novos monitores são treinados para exercer a função, sendo a alta rotatividade um ponto negativo dado o tempo insuficiente para se criar o vínculo necessário entre o monitor, a proposta sugerida pelo telecentro e a comunidade a ser inserida no processo.

O lado positivo, entretanto, é a capacitação de todos esses jovens na familiarização com a tecnologia, o que já possibilitou a muitos adolescentes oportunidades de trabalho em cidades maiores. Pode-se considerar que em Milho Verde, por exemplo, existem cerca de trinta monitores atuantes, jovens em sua maioria. Alguns estão desde o início, outros ocupam vagas abertas pelos que já abandonaram a proposta do telecentro. Os dados não são precisos, mas, se da turma inicial dez monitores não estejam mais atuando no telecentro, ainda assim são dez pessoas que possuem noções acerca da tecnologia e das possibilidades de comunicação e informação. Essas dez pessoas, somadas às trinta atuais, formam um número considerável se lembrarmos que a população total da área central desses distritos não ultrapassa 600 habitantes.

A sustentabilidade dos telecentros vai além da conscientização de sua importância pela população local, principalmente dos beneficiados pela iniciativa. Exige participação e vontade política para a continuidade da parceria que sustenta a proposta, o sinal de satélite fornecido pelo Governo Federal através do GESAC é apenas parte das necessidades para a manutenção e promoção dos telecentros.

Além disso, as particularidades locais influenciam sobremaneira a questão, fazendo com que cada comunidade possua diferentes trajetórias em termos de participação social, ainda que sejam distritos próximos geograficamente e pertencentes ao mesmo município.

Apenas o tempo poderá dizer com certa convicção se as melhorias já experimentadas até aqui pela população de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde foram boas ou ruins, auxiliaram ou não os processos de desenvolvimento social dessas pequenas comunidades. Fisicamente, elas podem estar isoladas dos grandes centros, em meio a muita poeira, serras e cachoeiras, mas a um clique do mouse se tornam cada vez mais próximas a nós.

### **Referências bibliográficas**

ÁRABE, Najla Cotrim. **Análise de dados sócio-econômicos do Vale do Jequitinhonha — MG utilizando o geoprocessamento**. Belo Horizonte: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. 50 f. (Monografia, Especialização em Geoprocessamento).



ARAÚJO, Eliany Alvarenga; LIMA, Katiane A. Internet, identidade cultural e regionalismo: inclusão ou exclusão informacional? **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 159-172, 2000.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~aldoibct/condicao.htm>>. Acesso em 23 de dez. 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUPAS, Gilberto. As várias dimensões da exclusão social e da pobreza. In: \_\_\_\_\_. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Isa Maria; ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. A responsabilidade social da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 13, jan./abr., 1999. Disponível em: <[www.puccamp.br/~biblio/transinformacao/pag11.html](http://www.puccamp.br/~biblio/transinformacao/pag11.html)>. Acesso em 21 nov. de 2002. 10p.

MARKER, Phil; McNAMARA, Kerry; WALLACE, Lindsay. **The significance of information and communication technologies for reducing poverty**. [S.l.]: Department for International Development. 64 p., 2002. Disponível em <<http://lacnet.unicttaskforce.org/Docs/DFID1.pdf>> Acesso em 29 de fev. 2004.

MATOS, Ralfo Edmundo S. O Distrito de Milho Verde: formação, configuração e alternativas de desenvolvimento. **Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 37-43, 1990.

MATOS, Ralfo Edmundo S.; FERREIRA, André V. B. Geo-História do Vale do Jequitinhonha: origem e formação da rede de cidades. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 1-17, out. 2000.

MITRE, Maya. **A sociedade civil na rede: possibilidades e limites da participação política através da comunicação via Internet**. 2002. 62 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

NERI, Marcelo Côrtes. **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

PHIPPS, Linda. Controle social pelos excluídos: modelos para a sociedade da informação. **Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 97-144, mai. 2000.

QUÉAU, Philippe. A revolução da informação: em busca do bem comum. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p.198-205, maio/ago. 1998.